



JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

Contrato nº 007/2006

7.1.5. Apresentar até a data da vigência deste Contrato e sempre que houver substituição de empregado, comprovante de cadastramento do trabalhador no regime do PIS/PASEP.

7.1.6. Apresentar comprovante de entrega da RAIS e de que o trabalhador dela faz parte, quando for o caso, na época própria.

7.1.7. Recolher, no prazo legal, os encargos sociais devidos, exibindo sempre que solicitadas, as comprovações respectivas.

7.1.8. Apresentar, quando houver a rescisão do Contrato de trabalho de um trabalhador, em relação ao empregado cujo contrato se extinguir, os seguintes documentos:

- a) Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho, devidamente homologado quando o trabalhador tiver mais de um ano prestando serviços na empresa;
- b) Documento que comprove a concessão de aviso prévio, trabalhado ou indenizado, seja por parte da empresa, seja por parte do trabalhador;
- c) Recibo de entrega da Comunicação de Dispensa (CD) e do requerimento de Seguro Desemprego, nas hipóteses em que o trabalhador possa requerer o respectivo benefício (dispensa sem justa causa, por exemplo);
- d) Cópia da guia de Recolhimento Rescisório do FGTS e da Contribuição Social (GRFC), em que conste o recolhimento do FGTS nos casos em que o trabalhador foi dispensado sem justa causa ou em caso de extinção por prazo determinado;
- e) Cópia do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), comprovando a realização do exame médico dimissional

7.1.9. Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

7.1.10. Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar serviços, encaminhando elementos portadores de atestados de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho.

7.1.11. Manter disciplina nos locais dos serviços, substituindo, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação do contratante, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente perante a Administração.

7.1.12. Manter, na sede da Justiça Federal, durante os turnos de trabalho, preposto capaz de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos.

7.1.13. Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente, provido-os dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, se o serviço assim o exigir.

7.1.14. Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços em perfeito estado de conservação, pois a Administração não aceitará o atraso ou falta de execução do serviço sob alegação de defeito nos referidos equipamentos e utensílios.

7.1.14.1. Os equipamentos elétricos de limpeza devem ser dotados de sistema de proteção, de modo a evitar danos à rede elétrica.

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS



Contrato nº 007/2006

7.1.15. Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, tais como: aspiradores de pó, enceradeiras, mangueiras, escadas, etc., de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Administração.

7.1.16. Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma metódica e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências objeto dos serviços.

7.1.17. Nomear encarregados responsáveis pelos serviços, de tempo integral no trabalho, com a missão de garantir o bom andamento dos mesmos, fiscalizando e ministrando a orientação necessária aos funcionários da empresa.

7.1.18. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela Administração.

7.1.19. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados, acidentados ou com mal súbito, por meio de seus encarregados.

7.1.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Administração.

7.1.21. Instruir seus empregados quanto à prevenção de incêndio nas áreas da Administração.

7.1.22. Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências havidas.

7.1.23. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução deste Contrato, conforme exigência legal.

7.1.24. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, inclusive sacos plásticos para acondicionamento de detritos e, equipamentos, ferramentas e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

7.1.25. Fornecer, sempre que necessário, durante o prazo de vigência do Contrato, papel higiênico, sabonete líquido, papel toalha e demais materiais em quantidade e qualidade de acordo com descrição constantes.

7.1.26. Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços.

7.1.27. Fornecer, no mínimo, 02 (dois) uniformes para cada trabalhador (calça e camisa), bem como 02 (dois) pares de sapatos adequados ao serviço, durante todo o período do Contrato.

7.1.27.1. No caso das copeliras, duas batas brancas e dois pares de sapatos.

7.1.27.2. No caso das recepcionistas, conjunto de ternos femininos executivos composto de: blazer e calça tecido Oxford e blusa em tecido crepe.

7.1.27.3. Os uniformes deverão ser trocados quando não mais tiverem condições de uso.

7.1.28. Aos profissionais designados para a prestação dos serviços deverão ser fornecidos vales-transporte para o deslocamento dos mesmos às dependências da contratante.

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS



Contrato nº 007/2006

7.1.28.1. Os vales referentes ao primeiro mês de prestação de serviços deverão ser entregues no 1º dia de vigência do contrato; nos meses subsequentes, até o último dia útil do mês anterior ao mês de referência.

7.1.29. Aos profissionais designados para a prestação de serviços deverão ser fornecidos 22 (vinte e dois) vales-refeição, por mês, cujo valor facial deverá ser R\$ 3,05 (três reais e cinco centavos), por vale.

7.1.29.1. Os vales referentes ao mês de início de vigência do respectivo contrato deverão ser entregues no primeiro dia de prestação de serviço; quanto aos meses subsequentes, até o último dia útil do mês anterior ao mês de referência.

7.1.30. Prestar serviços diariamente, cumprindo a carga horária prevista na Legislação Trabalhista, obedecendo aos horários estipulados. Em caso de necessidade comprovada, podem ser realizadas horas extras nos limites e condições estabelecidas por lei.

7.1.31. Cumprir as obrigações estabelecidas na legislação específica para segurança do trabalho, tomando as providências cabíveis no sentido de prestar toda a assistência necessária a seus empregados em eventual acidente ocorrido com eles no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que provocado por conduta/omissão da CONTRATANTE.

7.1.32. Arcar com os prejuízos causados à CONTRATANTE, provocados pelo mau funcionamento dos equipamentos confiados à sua manutenção, quando evidenciada a culpa da CONTRATADA, por negligência, ação ou omissão.

7.1.33. Os empregados da CONTRATADA deverão se apresentar devidamente limpos e uniformizados, portando crachás de identificação e conhecer as normas disciplinares e de segurança da CONTRATANTE.

7.2. A CONTRATANTE obriga-se a:

7.2.1. Acompanhar, fiscalizar e avaliar o serviço objeto deste contrato;

7.2.2. Conceder à CONTRATADA o reajuste referente ao dissídio das categorias quando de sua data-base, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, acompanhada de cópia da Convenção Coletiva;

7.2.3. Disponibilizar o acesso a todas as dependências do edifício-sede desta Seccional para permitir a realização dos serviços;

7.2.4. Efetuar o pagamento em observância à forma tratada neste contrato.

CLÁUSULA VIII - DA FISCALIZAÇÃO

8.1. A responsabilidade pela FISCALIZAÇÃO da execução deste contrato estará a cargo da Seção de Serviços Gerais, a qual também será responsável pelo atesto das faturas.

8.2. Após a assinatura deste Contrato, deverão ser fornecidos aos respectivos titulares da fiscalização todos os elementos necessários ao cumprimento de sua obrigação.

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS



Contrato nº 007/2006

8.3. Ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência de parte da CONTRATADA, os titulares da fiscalização deverão de imediato comunicar por escrito ao órgão de administração da CONTRATANTE, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei e no edital, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.

CLÁUSULA IX - DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento dar-se-á no 10º (décimo) dia útil subsequente ao mês da prestação do serviço, após apresentação da nota fiscal.

9.2. Após o atesto da fatura, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, o setor responsável deverá encaminhá-la a SOF.

9.3. No caso de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de atualização financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, terá a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde,}$$

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{(6/100)} \rightarrow I = 0,0001644$$

365 365

TX = Percentual da taxa anual = 6%

9.4. Para efeito de cada pagamento mensal, a CONTRATADA deverá apresentar, juntamente com as notas fiscais/faturas;

a) Guias de recolhimento do INSS e do FGTS, relativas ao penúltimo mês de referência, discriminando o nome de cada um dos empregados beneficiados;

b) Comprovante do pagamento dos salários de seus empregados, até o 5º dia útil do penúltimo mês de referência;

c) Comprovante de entrega dos vales-transporte e vales-refeição, no prazo estabelecido nas obrigações dos subitens 16.1.28 e 16.1.29 do Edital;

d) Certidões de regularidade com o INSS, FGTS, Receita Federal e Fazenda Nacional;

Parágrafo primeiro - na forma do disposto na Instrução Normativa Conjunta SRF nº. 480, de 15 de dezembro de 2004, alterada pela IN SRF nº. 539, de 25 de abril de 2005, serão retidos, na fonte, o imposto sobre a renda da pessoa jurídica - IRPJ, bem assim a contribuição sobre o



JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

Contrato nº 007/2006

lucro líquido, a contribuição para a Seguridade Social - COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP, sobre cada pagamento efetuado à CONTRATADA.

Parágrafo segundo - Caso a CONTRATADA seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES (Instrução Normativa SRF nº 75, de 26 de dezembro de 1996), esta não ficará sujeita à retenção prevista na Instrução Normativa retro-mencionada, bastando para tanto informar à Seção Financeira da CONTRATANTE, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

Parágrafo terceiro - O pagamento é condicionado ao atesto no referido documento fiscal, por servidor designado para este fim.

Parágrafo quarto - Os pagamentos serão efetuados através de crédito em Ordem Bancária na conta corrente da CONTRATADA de nº 2049-6, operação nº 003, da agência nº 840, da Caixa Econômica Federal.

CLÁUSULA X - DA REPACTUAÇÃO

10.1. Será permitida a repactuação do valor do contrato, desde que observado ou interregno mínimo de um ano, contado da apresentação da proposta, ou da data da última repactuação, com base na variação dos componentes dos custos, ocorrida no período, devidamente justificada e demonstrada em planilha;

10.2. Caberá a CONTRATADA a iniciativa e o encargo dos cálculos;

10.3. Os efeitos financeiros do pedido de repactuação serão devidos a contar da data da solicitação da CONTRATADA.

CLÁUSULA XI - DO REAJUSTE

O valor mensal ajustado na presente avença será reajustado, para mais ou para menos, de acordo com a seguinte metodologia, conforme legislação vigente:

a) quanto ao valor da mão-de-obra (MONTANTE "A"), previamente convencionado como sendo as despesas com a remuneração e os encargos sociais e trabalhistas, o reajustamento será proporcional ao índice aplicado no dissídio coletivo de trabalho da categoria ou equivalente, sempre na data-base das mesmas; e,

b) quanto aos valores referentes aos insumos (MONTANTE "B"), assim convencionado como sendo as despesas com insumos e despesas operacional-administrativas, o reajuste basear-se-á na variação do IPCA, elaborado pelo IBGE, ou outro índice que venha a sucedê-lo, conforme equação matemática abaixo:

$$R = \sqrt[n]{(1 - I_0)}, \text{ onde,}$$

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS



Contrato nº 007/2006

10

R = valor do reajuste procurado;

V = valor mensal do MONTANTE "B";

10 = IPCA, vigente à época da apresentação da proposta; e

11 = IPCA, vigente no mês anterior àquele em que deve ocorrer o reajuste.

Parágrafo primeiro - A periodicidade do reajustamento será **anual**, a contar da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento que essa se referir, de acordo com a Lei nº 10.192/2001.

Parágrafo segundo - O valor da **TAXA DE ADMINISTRAÇÃO**, assim convenionado como sendo os valores referentes aos tributos e ao lucros, não sofrerá variação em termos percentual (haja vista tratar de percentual sobre a soma dos montantes "A" e "B"), conforme a planilha anexada a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA XII - DAS PENALIDADES

12.1. Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a Administração da CONTRATANTE poderá, garantida a p'pria defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções fixadas a seguir, contidas na Seção II da Lei nº 8.666/93:

a) advertência;

b) multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por ocorrência não descrita no anexo 1 do edital, até o máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez que comunicada oficialmente;

c) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor anual do contrato, no caso de inexecução total do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da comunicação oficial;

d) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração da CONTRATANTE, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

12.2. As sanções de advertência, suspensão o temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração da CONTRATANTE, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa.

12.3. As multas descritas serão descontadas de pagamentos a serem efetuados, ou ainda, quando for o caso, cobradas administrativamente e, na impossibilidade, judicialmente.

tabela:

GRAU CORRESPONDÊNCIA
01 0,2% por dia sobre o valor mensal do contrato



JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

Contrato nº 007/2006

02 0,2% por dia sobre o valor mensal do contrato
03 1,0% por dia sobre o valor mensal do contrato
04 1,0% por dia sobre o valor mensal do contrato
05 3,0% por dia sobre o valor mensal do contrato

INFRAÇÃO	
ITEM	DESCRIÇÃO
01	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequência letais, por ocorrência.
02	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento.
03	Manter empregado sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia.
04	Permitir a presença de empregado sem uniforme, com uniforme manchado, sujo, mau apresentado e/ou sem crachá, por empregado e por ocorrência.

PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:

05	zelar pelas instalações da CONTRATANTE utilizadas, por item e por dia.
06	registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por empregado e por dia.
07	cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência
08	substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades, por funcionário e por dia.
09	entregar os salários, vales-transporte e/ou ticket-refeição nas datas avençadas, por ocorrência e por dia.
10	efetuar a reposição de funcionários faltosos, por funcionário e por dia.
11	fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), quando exigido em lei ou convenção, aos seus empregados e de impor penalidades àqueles que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência.



JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

Contrato nº 007/2006

12	fornecer 02 (dois) uniformes para cada categoria, anualmente, por	02
13	efetuar o pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem assim quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do contrato, por dia e por ocorrência.	06
14	cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos não previsto nesta tabela de multas, por item e por ocorrência.	01
15	Cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	02

12.5. Além das penalidades citadas, a CONTRATADA ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores da CONTRATANTE e, no que couber, as demais penalidades no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93.

12.6. A CONTRATADA poderão ser aplicadas as sanções previstas na Lei nº 8.666/93, no caso de não assinar o Termo de Contrato dentro do prazo estabelecido, ou havendo recusa em fazê-lo sem justa causa.

12.7. Na ocorrência das hipóteses acima, a CONTRATANTE poderá convocar os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para assinar o Termo de Contrato, em prazo e condições iguais, inclusive quanto aos preços, consoante o art. 64, parágrafo 2º, da Lei nº 8.666/93.

12.8. A CONTRATADA não incorrerá em multa durante as prorrogações compensatórias expressamente concedidas pela CONTRATANTE, em virtude de caso fortuito, força maior ou de impedimento ocasionado pela Administração.

CLÁUSULA XIII – DA RESCISÃO

13.1. A inexecução total ou parcial do contrato, poderá acarretar a sua rescisão.

13.2 Aplicar-se, no que couber, ao presente contrato as disposições dos arts. 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

13.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurando o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA XIV - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. A CONTRATADA fica obrigada a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.



JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

Contrato nº 007/2006

14.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições do contrato acréscimos ou supressões que porventura se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, nos termos do art. 65, parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93;

14.3. A CONTRATADA responderá pelos danos eventuais que vier a causar em decorrência de descumprimento a quaisquer das condições previstas neste instrumento.

14.4. Este contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial

14.5. Os casos omissos neste contrato serão resolvidos por esta Seção Judiciária, baseando-se na legislação pertinente e contratações firmadas pela Administração pública.

14.6. À luz do que preceitua o art. 61, § único, da Lei nº 8.666/93, este contrato será publicado, na forma de extrato, no Diário Oficial da União – Seção III.

CLÁUSULA XV - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Alagoas para dirimir dúvidas decorrentes do presente contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, firmam as partes contratantes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Maceió/AL, 02 de março de 2006.

PAULO MACHADO CORDEIRO
Juiz Federal Diretor do Foro
PELA CONTRATANTE

IVONETE PORFÍRIO BARROS
PELA CONTRATADA

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS



Início 02/03/06

02/03/07 1º ANO

02/03/08 2º ANO

02/03/09 3º ANO

02/03/10 4º ANO

02/03/11 5º ANO

CONTRATO Nº 007/2006 QUE ENTRE SI
CELEBRAM A JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO
GRAU EM ALAGOAS E A EMPRESA ATIVA
SERVIÇOS GERAIS LTDA., PARA PRESTAÇÃO
DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO
PREDIAL, COPEIRAGEM, RECEPÇÃO E
LAVAGEM DE VEÍCULOS NO EDIFÍCIO-SEDE
DESTA SECCIONAL.

Aos dois dias do mês de março, de um lado a JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO

GRAU EM ALAGOAS, com sede na Av. Menino Marcelo, s/nº, Serraria, Maceió/AL, inscrita no
CNPJ sob o 05.419.211/0001-87, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato
representada pelo Diretor do Foro, Juiz Federal Paulo Machado Cordeiro, no uso de suas
atribuições legais, e, de outro lado, **ATIVA SERVIÇOS GERAIS LTDA.**, pessoa jurídica de
direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 40.911.117/0001-41, com sede na Rua Joaquim
Nabuco, nº 05, Farol, Maceió/AL, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato
representada por sua sócia-gerente, Ivonete Porfírio Barros, brasileira, divorciada, empresária,
inscrita no CPF sob o nº 445.597.124-68, portadora da Cédula de Identidade nº 684.990
SSP/AL, residente e domiciliada no Cond. Aldebaran Alfa, qd. A, nº 27, Tabuleiro, nesta capital,
doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e avençado, e celebram o presente
contrato para prestação de serviços de **LIMPEZA E CONSERVAÇÃO PREDIAL, COPEIRAGEM, RECEPÇÃO E LAVAGEM DE VEÍCULOS**, mediante as cláusulas e condições
elencadas a seguir:

CLÁUSULA I - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

O presente contrato tem como fundamentos legais e será executado segundo:

- 1.1. os termos do Edital do Pregão nº 031/2005/JF/AL;
- 1.2. os termos da proposta firmada pela contratada constante do Processo Administrativo nº 1.114/2005/DNA/SA/JF;

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS



Contrato nº 007/2006

- 1.3. as disposições da Lei nº 8.666/93 e legislação complementar vigentes e pertinentes à matéria;
- 1.4. os preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, no que couber, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 54, da Lei nº 8.666/93, combinado com o inciso XII do art. 55 do mesmo diploma legal.

PARÁGRAFO ÚNICO

Integram o presente instrumento contratual, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

- A) O Processo Administrativo nº 1.114/2005/DNA/SA/JF/AL;
- B) O Edital do Pregão nº 031/2005;
- C) Proposta firmada pela contratada em 19 de dezembro de 2005;
- D) Portaria nº 039/GDF, de 10/02/2005 e 044/GDF, de 17/02/2005.

CLÁUSULA II - DO OBJETO

O objeto do presente contrato consiste na prestação de serviços de limpeza e conservação predial, copeiragem, recepção, lavagem de veículos no edifício-sede da CONTRATADA, localizado na Av. Menino Marcelo, s/nº, Serraria, nesta capital, nos termos e condições a seguir especificados:

A) Serviço de limpeza e conservação

Áreas Internas

1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços que serão executados pela contratada e a sua frequência são os seguintes:

1.1 DIARIAMENTE

- 1.1.1. Remover, com pano úmido, o pó das mesas, armários, arquivos, prateleiras, persianas, peitoris, bem como dos demais móveis existentes, inclusive aparelhos elétricos, extintores de incêndio, etc.;
- 1.1.2. Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza e aspirando o pó;
- 1.1.3. Aspirar o pó em todo o piso acarpetado;
- 1.1.4. Proceder à lavagem de bacias, assentos e piaas dos sanitários com saneante desinfetante, duas vezes ao dia;
- 1.1.5. Varrer, passar pano úmido e polir os pisos vinílicos, de granito, cerâmicos, de marmore e emborrachados;
- 1.1.6. Limpar com saneantes os pisos dos sanitários, copas e outras áreas molhadas, duas vezes ao dia;
- 1.1.7. Abastecer com papel toalha, higiénico e sabonete líquido os sanitários, quando necessário;
- 1.1.8. Retirar o pó dos telefones com flanela e produtos adequados;
- 1.1.9. Limpar os elevadores com produtos adequados;

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS



Contrato nº 007/2006

- 1.1.10. Retirar o lixo duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos de cem litros, removendo-os para local indicado pela Administração;
- 1.1.11. Limpar os corrimãos;
- 1.1.12. Suprir os bebedouros com garrações de água mineral, adquiridos pela Administração;
- 1.1.13. Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

1.2 SEMANALMENTE, UMA VEZ, QUANDO NÃO EXPLICITADO.

- 1.2.1. Limpar atrás dos móveis, armários e arquivos;
- 1.2.2. Limpar, com produtos adequados, divisórias e portas revestidas de fórmica;
- 1.2.3. Limpar, com produto neutro, portas, barras e batentes pintados a óleo ou verniz sintético;
- 1.2.4. Lustrar todo o mobiliário envernizado com produto adequado e passar flanela nos móveis encardados;
- 1.2.5. Limpar, com produto apropriado, as forrações de couro ou plástico em assentos e poltronas;
- 1.2.6. Limpar e polir todos os metais das placas;
- 1.2.7. Limpar os metais, como válvulas, registros, sifões, fechaduras, etc.;
- 1.2.8. Passar pano úmido com saneantes nos telefones;
- 1.2.9. Limpar os espelhos com pano umedecido com álcool, duas vezes por semana;
- 1.2.10. Retirar o pó e resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral;
- 1.2.11. Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

1.3 MENSALMENTE

- 1.3.1. Limpar todas as luminárias por dentro e por fora;
- 1.3.2. Limpar forros, paredes e rodapés;
- 1.3.3. Limpar persianas com produtos adequados;
- 1.3.4. Proceder uma revisão minuciosa de todos os serviços prestados durante o mês.

Áreas externas

2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços que serão executados pela contratada e a sua frequência são os seguintes:

2.1 DIARIAMENTE

- 2.1.1. Varrer as áreas pavimentadas e apanhar o lixo, acondicionando-o em sacos plásticos de cem litros;
- removendo-os para local indicado pela Administração;
- 2.1.2. Varrer e passar pano úmido nos pisos de granito;
- 2.1.3. Executar demais serviços considerados necessários à frequência diária.

2.2 SEMANALMENTE

- 2.2.1. Limpar e polir letreiros e placas;
- 2.2.2. Limpar as calhas do teto do Plenário;
- 2.2.3. Executar demais serviços considerados necessários à frequência semanal.

2.3 MENSALMENTE

- 2.3.1. Lavar as áreas cobertas destinadas a garagem/estacionamento.

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS



Contrato nº 007/2006

Esquadrias Externas

3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 Os serviços que serão executados pela contratada e a sua frequência são os seguintes:

3.2 QUINZENALMENTE

3.2.1 Limpar todos os vidros (face interna/externa), aplicando-lhes produtos anti-embaçantes.

3.3 SEMESTRALMENTE

3.3.1 Limpar fachadas envidraçadas (face externa), em conformidade com as normas de segurança do trabalho, aplicando-lhes produtos anti-embaçantes.

4. DEFINIÇÃO DE SANEANTES DOMISSANITÁRIOS

4.1 São substâncias ou materiais destinados à higienização, desinfecção domiciliar, em ambientes coletivos e/ou públicos, em lugares de uso comum e no tratamento da água compreendendo:

4.2 Desinfetantes: destinados a destruir, indiscriminada ou seletivamente, microrganismos;

4.3 Detergentes: destinados a dissolver gorduras e à higiene de recipientes e vasilhas, e a aplicações de uso doméstico;

4.4 Material de higiene: papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido;

4.5 São equiparados aos produtos domissanitários os detergentes e desinfetantes e espcetivos congêneres, destinados à aplicação em objetos inanimados e em ambientes, ficando sujeitos às mesmas exigências e condições no concernente ao registro, à industrialização, entrega ao consumo e fiscalização.

A.1) DOS MATERIAIS A SEREM UTILIZADOS ESTIMATIVA MENSAL DE QUANTIDADE

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	CONSUMO MEDIO MENSAL
01	un	Vassoura de piaçava, tipo leque, com cabo de madeira (para lavar banheiro escadas);	20
02	un	Espanador para teto, com cabo longo de madeira;	05
03	un	Balde de plástico para água, com alça de metal e capacidade para 05 litros;	10
04	un	Escova de nylon	5

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU

SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS



Contrato nº 007/2006

05	un	Escova sanitária de nylon	12
06	un	Rodo de madeira com lâmina de borracha e cabo de madeira, medindo aproximadamente 40 cm;	10
07	un	Vassoura de pêlo, cerdas de nylon, medindo, aproximadamente 40 cm;	10
08	un	Vassourão de piaçava com cabo de madeira;	05
09	un	Vassourão de pelo com cabo de madeira;	5
10	un	Pá para lixo, tipo uso doméstico com cabo longo;	12
11	un	Estojó plástico para refil de vaso sanitário	180
12	un	Detergente líquido neutro em frasco de 500ml;	50
13	un	Saco plástico para lixo 40 litros	500
14	ud	Saco plástico para lixo, 100 litros	500
15	fardo	Papel higiênico branco(alta alvura), picotado, folha dupla (fardo com 64 rolos de 40 metros);	30
16	un	Detergente concentrado para limpeza geral, bombas de 5 litros;	04
17	litro	Água sanitária (embal. um litro)	120
18	frasco	Sapólio, frasco com 300g	40
19	frasco	Lustra metais cremoso, em frasco de 200 ml, para todo tipo de metal, seja dourado ou prateado;	20
20	par	Luva de borracha antiderrapante para limpeza em geral	15
21	frasco	Desodorizador de ar em aerosol (frasco com 300ml);	48
22	un	Refil sanitário para encaixe no estojo plástico	180
23	un	Vaselina líquida em embalagem de um litro;	06



JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

Contrato nº 007/2006

24	botijão	Desinfetante em botijão de 20 litros (embalagem de material resistente, na cor branca);	05
25	caixa	Sabonete líquido para as mãos,	62
26	pacote	Naftalina em bolas, (pacote com 50g)	30
27	un	Espuma de nylon dupla face, sendo um lado áspero, medindo 100x70x20mm	50
28	fardo	Papel toalha branco, três dobras, medindo 26x20 cm (fardo com 1250 folhas);	160
29	rolo	Papel toalha branco	08
30	un	Saco em algodão para pano de chão	50
31	un	Pasta para limpeza em geral, pote com 250g;	50
32	un	Multuso, limpador instantâneo em embalagem de 500ml	40
33	un	Flanela em tecido de algodão tamanho G	10
34	un	Sabão em pó, embalagem de 1 kg	30
35	tb	Sabão em pedra para limpeza em geral	10
36	un	Líquido para limpeza de vidros em embalagem de 500 ml;	30
37	un	Óleo lubrificante multuso, (tipo de máquina de costura), bisnaga de 100ml	05
38	kg	Estopa de malha branca;	10
39	un	Líquido desincrustante para limpeza pesada (tira mancha de louça sanitária), embalagem de 500 ml	10
40	un	Limpador de aço inoxidável	04
41	un	Espuma de aço, embalagem com 08 unidades;	10
42	un	Alcool líquido	50



JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

Contrato nº 007/2006

43	un	Cera para automóveis	10
44	litro	Xampu para automóveis	05
45	Un	Esponha para lavagem de automóveis	10

OBS.: O Material será fornecido em parcelas, nos prazos e quantidades determinadas pela necessidade do serviço.

A.2) DOS EQUIPAMENTOS/MATERIAIS QUE DEVEM SER FORNECIDOS PELA EMPRESA

ITEM	EQUIPAMENTO/MATERIAL	UNIDADE	QUANT.
1	Relógios de ponto	un	01
2	Conjunto combinado de balde para mop + espremedor	conj	08
3	Mop água completo (inclusive refis)	un	08
4	Mop pó 60cm completo (inclusive refis)	un	08
5	Kit limpa vidro completo	un	04
6	Aspiradores de pó modelo profissional	un	03
7	Enceradeiras profissionais (inclusive fornecimento de discos sempre que necessário);	un	03
8	Mangueira para água 1/2" com esguicho	m	300
9	Capas impermeáveis para chuva	un	05
10	Luvas impermeáveis para produtos químicos	par	15
11	Luvas de raspas de couro cano longo	par	05
12	Botas de borracha cano longo	par	05
13	Bomba lava jato 220v de 1hp	un	01



JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

Contrato nº 007/2006

14	Escada dom 6 degraus	un	05
----	----------------------	----	----

A.3) DA PRODUTIVIDADE

1. Serão adotados índices de produtividade por servente em jornada de oito horas diárias, não inferiores a:
- a) Áreas internas: 1.667,00m²;
 - b) Áreas externas: 3.200,00m²;
 - c) Esquadrias externas, na face interna ou externa: 200,00m², observada a periodicidade prevista;
 - d) Fachadas envidraçadas: 200,00m², observada a periodicidade prevista.
2. Será adotada a relação de um encarregado para cada 30 (trinta) serventes ou fração.
3. Áreas:
- a) Área Interna total: 20.000,00 m²
 - b) Área Externa total: 16.000,00 m²
 - c) Esquadrias (externas/internas) total: 2.113,29 m²

B) SERVIÇO DE COPEIRAGEM

- I- Os serviços serão executados de forma indireta e contínua na área de 03 (três) copas, no edifício sede da Seção Judiciária de Alagoas. Os serviços serão prestados por copeiras do sexo feminino, com idade mínima de 18 anos, alfabetizada e qualificada para o serviço.

II- DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

- 1-Recolher xícaras, copos, garrafas térmicas, jarras e demais utensílios, durante o expediente.
- 2-Lavar e manter higienizados os equipamentos, objetos de uso e dependências das copas.
- 3-Preparar o café, providenciando sua distribuição
- 4-Limpar geladeira pelo menos 1 vez por semana, de preferência às segunda-feiras
- 5-Zelar pelo funcionamento dos equipamentos colocados à disposição, sempre comunicando de imediato, qualquer dificuldade, defeito ou estrago que venham impedir o bom andamento das atividades.
- 6-Notificar ao encarregado, o desaparecimento ou quebra de qualquer utensílio de uso na copa.
- 7-Executar outra atividades correlatas à função

III- DA PRODUTIVIDADE
40 horas semanais

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS



Contrato nº 007/2006

C) SERVIÇO DE RECEPÇÃO

I- DO OBJETO A SER CONTRATADO

Serviços a serem executados de forma indireta e contínua em 11 (onze) postos de recepção e 09 (nove) postos de serviços gerais, no edifício sede da Seção Judiciária de Alagoas. Os serviços serão prestados por recepcionistas e auxiliares de serviços gerais.

Recepcionistas.

Idade: mínima de 18 anos

Habilitação: Possuir 2º grau completo, habilitado para o serviço de recepção

Auxiliar de serviços gerais

Idade: mínima de 18 anos

Habilitação: Possuir 1º grau completo

II- DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

a) Recepcionistas

Atender o público interno e externo

Encaminhar visitantes

Prestar informações gerais relacionadas à unidade

Prestar informações, no balcão ou por telefone, sobre tramitação e andamento de processos e documentos.

Atender chamadas telefônicas na recepção, anotar e transmitir recados.

Execução de outras atividades correlatas à função.

b) Auxiliar de serviços Gerais

Realizar tarefas gerais, como mudança de mobiliários, utensílios, aparelhos e outros volumes.

Execução de outras atividades correlatas à função.

III- DA PRODUTIVIDADE

30 horas semanais

D) SERVIÇO DE LAVAGEM DE VEÍCULOS

I. DO OBJETO A SER CONTRATADO

Serviços a serem executados de forma indireta e contínua na área de oficina no que diz respeito à lavagem dos carros oficiais desta Seção Judiciária.

Idade: 18 anos no mínimo

Habilitação: alfabetizado

II. DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

Lavagem completa (pintura, tapetes, chassis, rodas e motor);

Aspiração do interior;

Polimento da pintura;

Limpeza dos vidros;

Lubrificação;

Banho de óleo;

Execução de outras atividades correlatas à função.

JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS



Contrato nº 007/2006

III. DA PRODUTIVIDADE

Quantidade mínima de veículos por dia: 03 (três)
Nº de veículos/homem/dia: 04 (quatro)

CLÁUSULA III – DO REGIME DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

O presente acordo tem como regime a execução indireta por preço global.

CLÁUSULA IV - DO PREÇO

O preço mensal dos serviços corresponderá a **R\$ 46.163,41 (quarenta e seis mil, cento e sessenta e três reais e quarenta e um centavos)**, totalizando, no correr de 12 meses de serviço, o importe de **R\$ 553.960,92 (quinhentos e cinquenta e três mil, novecentos e sessenta reais e noventa e dois centavos)**.

CLÁUSULA V – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta dos recursos específicos consignados no Orçamento da União do corrente exercício, classificados no Programa de Trabalho nº 797.481 e no Elemento de Despesa nº 3390.37.02, tendo sido emitida a Nota de Empenho nº 2006NE000117, no valor de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

CLÁUSULA VI - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do contrato, prorrogáveis nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VII - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. A CONTRATADA, além do fornecimento da mão-de-obra, dos saneantes domissanitários, dos materiais, equipamentos e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços de limpeza dos prédios e demais atividades correlatas, possui as obrigações a seguir descritas:

7.1.1. Prestar os serviços contratados com as características exigidas no Edital e neste Contrato e de acordo com a legislação pertinente, sendo vedadas soluções alternativas para a consecução do objeto, ressalvada a hipótese de expressa anuência por parte da Administração.

7.1.2. Apresentar na data de assinatura deste Contrato e quando houver alteração, cópia do acordo, convenção coletiva de trabalho ou do acordo normativo proferido pela Justiça do Trabalho, se for o caso, relativo à categoria profissional a que pertence o trabalhador.

7.1.3. Apresentar, sempre que solicitado, cartão, ficha ou livro de ponto assinado pelo empregado, em que constem as horas trabalhadas, normais e extraordinárias, se for o caso.

7.1.4. Apresentar o comprovante de recolhimento de contribuição sindical e outras devidas aos sindicatos, se for o caso, na época própria.